

As cidades do Prata

Apontamentos para análise de Formação Territorial e Urbana do
Extremo Sul do Brasil

*Las ciudades del Plata: notas para el análisis de la formación territorial y urbana
del extremo sur de Brasil*

*Les villes du Prata: notes pour l'analyse de la formation territoriale et urbaine
du extrême sud du Brésil*

*The cities of the Plata: notes for analysis of territorial and urban formation of
the far southern Brazil*

Sidney Gonçalves Vieira



Electronic version

URL: <http://terra-brasilis.revues.org/795>

DOI: 10.4000/terra-brasilis.795

ISSN: 2316-7793

Publisher:

Laboratório de Geografia Política -
Universidade de São Paulo, Rede Brasileira
de História da Geografia e Geografia
Histórica

Electronic reference

Sidney Gonçalves Vieira, « As cidades do Prata », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 2 | 2013, posto online no dia 21 Junho 2013, consultado o 30 Setembro 2016. URL : <http://terra-brasilis.revues.org/795> ; DOI : 10.4000/terra-brasilis.795

This text was automatically generated on 30 septembre 2016.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

As cidades do Prata

Apontamentos para análise de Formação Territorial e Urbana do
Extremo Sul do Brasil

*Las ciudades del Plata: notas para el análisis de la formación territorial y urbana
del extremo sur de Brasil*

*Les villes du Prata: notes pour l'analyse de la formation territoriale et urbaine
du extrême sud du Brésil*

*The cities of the Plata: notes for analysis of territorial and urban formation of
the far southern Brazil*

Sidney Gonçalves Vieira

1 Introdução

- 1 De modo geral os estudos sobre o processo de formação territorial e urbana do Brasil se baseiam em uma fundamentação única, baseada na unidade territorial do país. Entretanto, sobretudo em um país de dimensões continentais como é o Brasil, este tipo de consideração tende a mascarar as peculiaridades regionais existentes no contexto mais amplo. Sobretudo, quando se trata de um estudo geohistórico, ligado ao período colonial, a ideia de unidade nacional não pode ser aplicada. O processo de produção do espaço urbano não pode ser entendido a partir de uma lógica exclusivamente nacional, que desconsidere a multiplicidade de atores envolvidos no processo, principalmente se o que se pretende é entender uma formação territorial e urbana a partir de uma ótica regional e pautada na importância das ações locais.
- 2 A ideia inicial deste trabalho não é a de propor a busca por uma cidade “tipo” na América Latina, que possa ser identificada a partir de padrões de comportamento social ou de regularidades espaciais comuns. Quando se fala em “Cidades do Prata” se quer fazer referência a um conjunto de cidades que tiveram sua origem produzida sob a influência dos mesmos fatores históricos, principalmente, mas que geraram similitudes também nos

aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e espaciais, em certa medida. Não constituem um grupo de cidades homogêneas, que possam ser facilmente reconhecidas por essas semelhanças, mas um grupo de cidades formadas em uma mesma territorialidade, sob a lógica geral dos mesmos processos econômicos e sociais.

- 3 Em nossa proposição as Cidades do Prata podem ser reconhecidas basicamente pelo contexto de suas formações territoriais urbanas, vale dizer, pela justificativa comum de seus nascimentos. Todas têm origem, direta ou indiretamente, no vasto processo de extração da prata das minas bolivianas e, nesse contexto são especificadas pela origem comum que têm no complexo processo de contrabando do mineral, que gerou uma rota alternativa, capaz de despertar o interesse pelo território até então inóspito e pouco ocupado nos domínios português e hispânico na América. Trata-se da região periférica do processo de exploração colonial, existente onde hoje se localiza o extremo sul do Brasil (Estado do Rio Grande do Sul) a Mesopotâmia da Argentina (Províncias de Entre Ríos, Corrientes e Misiones) e o Uruguai. Na verdade um complexo territorial dominado pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai e suas respectivas bacias coletoras, que na sua desembocadura no Oceano Atlântico configura o estuário do rio da Prata.
- 4 Toda essa imensa região é reconhecida tradicionalmente pela denominação de Região Platina, justa alusão ao processo histórico que lhe deu origem. Essas terras permaneceram desinteressantes às explorações coloniais de espanhóis e portugueses justamente pela falta de atrativos econômicos que justificassem uma empreitada colonizadora. De fato, nessas paragens não havia ouro, prata ou exploração agrícola rentável que justificasse o interesse dos exploradores europeus. Somente a possibilidade de exploração de uma rota clandestina de escoamento da prata do centro da América chamou a atenção. A partir daí esse território passou a ser então motivo de cobiça das duas coroas, ensejando uma disputa que extrapolou os limites da política para combates e guerras efetivas.
- 5 Todo este processo localizado no espaço platino se desenvolve como parte da própria formação territorial dos Estados envolvidos, pois as disputas pelo controle estratégico dos principais pontos desse território levarão à demarcação dos limites entre estas partes. A região se torna uma terra de disputas cujo domínio oscila entre as coroas portuguesa e espanhola até que se definam as demarcações que configuram os estados contemporâneos envolvidos no processo. Por isso, o período em que ocorrem essas disputas é significativamente importante para a formação territorial e urbana da região. Nesse período é que se identifica a fundação de cidades como verdadeiros pontos demarcatórios do território, como bastiões pelos quais se disputará a imposição de limites, sendo este fator extremamente decisivo na escolha de posições e sítios urbanos. Portanto, a configuração regional se justifica pelo *leitmotiv* da disputa pelo controle do território entre as coroas ibéricas na América, sendo esse motivo fundante um dos definidores do caráter e da identidade da sociedade local. Podemos identificar no tempo este período como compreendido entre a fundação da Colônia do Sacramento (1680), como ponto inicial e a independência do Uruguai (1828), como ponto final.
- 6 Obviamente que datas estanques não são apropriadas para a delimitação de um período cujas origens e consequências não se limitam a sua ocorrência, haja vista que acontecimentos anteriores e posteriores continuam intimamente associados ao processo analisado. Entretanto é o marco temporal que serve de gênese para a análise, é a datação histórica que fundamenta as relações sociais de produção que se quer ligar com o presente para entender a sociedade e o espaço atual. A fundação de Colônia do Sacramento é apontada no início do período porque marca a postura portuguesa de

disputa e interesse pelo território em questão. Demonstra, em uma região dominada por espanhóis ou abandonada a qualquer sorte, que a natureza apresenta atributos que merecem a atenção e cujo domínio passa a ser objeto de disputa, se não pelos recursos pela posição estratégica de controle destes. Por outro lado, o processo tem seu ponto final marcado com a criação do Uruguai porque a partir daí se definem os limites que passam a demarcar os territórios disputados, e também porque marca a finalização do processo de fundação dos estados nacionais resultantes destas disputas, pois se estabelecem as autonomias, ainda que não de forma incontestada, de Brasil, Argentina e Uruguai. Como se disse, não são limites absolutos, mas ajudam a delimitar o conjunto de relações que estão abarcados pela colonização da América Platina pelos impérios de Portugal e Espanha.

- 7 Portanto, a denominação “do Prata” para essas cidades visa lhes conferir uma identidade cultural e territorial cuja justificativa é histórica, uma vez que comungam da mesma sorte de acontecimentos para explicar suas origens, e também geográfica, já que compartilham um território de características comuns, marcados pela paisagem do pampa. Os tipos que daí emergem, o gaúcho e o missioneiro, fundamentalmente, são construções fundadas nos elementos da história e da geografia dessa região, que encontram na disputa territorial, no embate com as elites dominantes e no processo de afirmação de identidade um caudal que desenvolve a cultura local. Não se trata de um processo homogêneo, muito pelo contrário é pleno de idiosincrasias, que a denominação comum não pretende esquecer. Por isso se rejeita a adoção da denominação para construção tipológica. Ela é tão somente identificadora dos processos históricos e geográficos responsáveis pela produção de um espaço heterogêneo, ainda que produzido por processos que na origem foram comuns.
- 8 Ao analisar este espaço, ainda que não necessariamente sob esta mesma perspectiva teórica, Randle (1969) se refere a uma “ciudad pampeana” buscando justamente uma regularidade nas estruturas e nas formas de certas cidades argentinas, baseado na ideia da existência de uma origem comum que conferia identidade a estas cidades. Ainda que tenha tratado essencialmente das cidades da região de Buenos Aires, reconhece o autor as mesmas características capazes de conferir certa identidade a um grupo de cidades. Nota-se no estudo a mesma vertente aqui presente, que pretende reconhecer elementos capazes de unirem sob a mesma lógica cidades cuja evolução no tempo afastou as origens comuns do passado.
- 9 Também na Argentina Romero (2004) trata de realizar estudo mais abrangente, considerando como foco toda a América Latina. Neste caso, busca uma identidade muito mais histórica, pautada em princípios de caracterização da sociedade em cada época, mas não deixa de conferir importância aos elementos territoriais presentes. O autor analisa as cidades decorrentes das primeiras fundações americanas. Depois considera as “cidades fidalgas” construídas pelos colonizadores para a vida metropolitana na colônia. Segue a análise com as “cidades criollas” criadas pela incipiente burguesia surgida nas colônias a partir de seus próprios ideais de desenvolvimento comercial e urbano. As “cidades patrícias”, que surgem logo depois, são decorrência dos inúmeros processos de independência que se desencadeiam na América Latina. As “cidades burguesas” são uma consequência do processo de modernização, assim como as “cidades massificadas”, frutos do capitalismo moderno, com as quais finaliza sua investigação.
- 10 Em obra de envergadura de três tomos o uruguaio Pintos (2008), apresenta a história “de los pueblos orientales” na qual analisa o processo de povoamento do Uruguai. Apresenta um minucioso relato dos atos fundacionais daquelas que hoje constituem as cidades no território nacional do Uruguai. Entretanto, o relato remonta o tempo de disputa entre

espanhóis e portugueses demonstrando a ação e o papel importante que tiveram os habitantes originais, os primeiros povoadores, os colonizadores e todos os demais envolvidos no processo. A análise do autor permite colocar em evidência as vicissitudes locais, para além da homogeneização pretendida por uma análise pautada na lógica do colonizador.

- 11 Em todos os casos, que aqui aparecem como uma listagem exemplificativa de estudos da mesma natureza, o que fica evidente é a postura metodológica no tratamento do tema. Em que pese a diferença entre os textos e as qualificações distintas de seus autores, o que se pretende é chamar a atenção para a importância reveladora do processo histórico aliado à formação territorial. Essa perspectiva, explícita em Randle (1969) e sugerida em Romero (2004) e em Pintos (2008), aponta para uma possibilidade muitas vezes negligenciada pelos estudiosos da Geografia e da História, que está justamente na alternativa de trabalhar com as duas perspectivas de análise em uma só. A Geografia Histórica se aproxima muito dessa perspectiva ao analisar a formação territorial, o espaço geográfico a partir da história, ou, dito de outro modo, analisar a história a partir da perspectiva espacial, territorial. Nesse sentido, Moraes (2005) é quem bem apresenta alguns dos fundamentos mais esclarecedores para que se possa utilizar criticamente a História na análise geográfica. Na verdade, o autor aproveita a possibilidade posta pela interdisciplinaridade entre Geografia e História, uma perspectiva de contar a história a partir de um referencial geográfico, mantendo intactas as características das duas ciências.
- 12 Para Moraes (2002) a Geografia Humana precisa ser entendida como a ciência social que tem por objeto o processo universal de entendimento da apropriação do espaço natural e da construção de um espaço social, que se dá pelas diferentes sociedades ao longo da história. No mesmo sentido, concebe a História como sendo uma progressiva e reiterada apropriação e transformação do planeta, resultando em uma cumulativa antropomorfização do espaço terrestre. Assim, esse processo de transformação do espaço natural, de apropriação da natureza e sua transformação em um meio cada vez mais artificial é o próprio processo histórico que se realiza a partir da produção espacial. As construções e destruições realizadas pelo homem passam a fazer parte do espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade em contínuo movimento. Trata-se, portanto, de um modo parcial de ler a História, a partir desse processo de constituição do território. A constituição do território pode ser um rico caminho para a análise da formação histórica de um país, pois a qualidade de sua inércia torna-o importante depositário não apenas de valores econômicos, mas também de projetos que por diferentes vias se hegemonizaram na sociedade em foco.
- 13 Do ponto de vista metodológico se busca, assim, uma orientação que fuja também da mera repetição dos fatos, que tem nos conduzido a uma descrição da história como uma sucessão de fatos que inexoravelmente conduzem a uma só possibilidade de presente e de futuro. Procura-se romper com uma perspectiva linear da história, que analise a produção territorial e urbana a partir da evolução urbana. A proposta metodológica que se pretende efetivar não segue uma lógica formal, mas sim uma postura dialética, como se expõe a seguir.
- 14 As relações sociais, tal como as observamos no presente, têm uma aparência que, a primeira vista, pode confundir a análise do real se levarmos em conta apenas a sua aparência atual. Há a necessidade de datação destas relações sociais, no sentido de que

sejam identificadas as suas origens. O que observamos no presente é a coexistência de relações sociais que tem datas diferentes e que estão, assim, em descompasso e desencontro.

- 15 Passamos a analisar uma perspectiva metodológica que nos é apontada por Lefebvre (apud MARTINS, 1981). Segundo Martins (1996), Lefebvre retornou a Marx para compor esta noção. Na verdade, trata-se de um retorno ao núcleo da explicação do processo histórico em Marx, a relação entre o homem e a natureza, quando o homem modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, na busca pelo atendimento de suas necessidades, modificando, por consequência, a sua relação com a natureza também. Remete-se, assim, à noção de formação econômico-social, tema ocasionalmente recorrente na obra de Marx, que busca dar conta da sedimentação dos momentos da história do homem. Já está presente nesta redescoberta o interesse de Lefebvre pela datação histórica, e o reconhecimento das diferentes datações das relações sociais.
- 16 A noção de formação econômico-social representa tanto um segmento do processo histórico quanto o próprio conjunto do processo histórico. É uma noção que comporta o princípio explicativo de totalidade, e ao mesmo tempo, de unidade do diverso. No entanto, o diverso não é, necessariamente, contemporâneo, pois a noção de formação econômico-social em Marx e Lênin carrega também a noção de desenvolvimento desigual assim como também engloba a sobrevivência de estruturas e formações anteriores na própria estrutura capitalista. A lei que rege o desenvolvimento desigual também rege a formação econômico-social, e indica que as forças produtivas, as relações sociais, não avançam de acordo com o mesmo ritmo histórico.
- 17 Ainda segundo Martins (1996), Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito.
- 18 O homem é alijado de suas condições materiais de seu desenvolvimento. Elas existem, mas não cumprem o destino de fazer do homem o objetivo do próprio homem. A coisificação que se verifica nas relações sociais aliena o homem em relação à sua obra, que ganha à aparência de coisa e objeto e não aparece como sujeito de sua própria obra. O homem, deste modo, aparece como objeto e não como objetivo daquilo que faz.
- 19 A partir destas considerações, Lefebvre avança. Reconhece a existência de uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. Trata-se, de uma concepção teórica e metodológica da realidade, onde se identificam, por um lado, as distinções existentes no presente, por intermédio da complexidade horizontal, e, por outro lado, se identificam as diferentes datas das relações no passado, por intermédio da análise da complexidade vertical. E, mais do que isto, desvendam-se, assim, as aparências da realidade.
- 20 Sob este ponto de vista, tem-se um instrumento metodológico, o método regressivo-progressivo de que nos fala Lefebvre. Por intermédio deste instrumento, capaz de identificar no presente as diferentes temporalidades da história, pode-se analisar o real sobrepondo-se à concepção de contemporaneidade das relações sociais. Se as relações sociais aparecem juntas no presente para serem entendidas de maneira correta, precisam ser datadas, precisam ter suas origens vinculadas a uma determinada data, para que se

demonstre que a coexistência delas no tempo atual esconde a gênese em processos diferentes, no passado.

- 21 Aqui, o que se pretende é seguir o método apontado por Lefebvre (apud Martins, 1996). Tem-se a exata perspectiva do presente, de onde partimos e reconhecemos o espaço e o tempo atual, a partir do qual se pode descrever qualificadamente o real existente, aparentemente simultâneo. Ou seja, no caso em questão, do estudo das Cidades do Prata, parte-se da descrição atual da região, sua configuração territorial, a identificação das particularidades nacionais e regionais envolvidas e, principalmente, a descrição do que se encontra posto. É a complexidade horizontal em ação. Em seguida, a proposta busca no passado as relações sociais de produção que possam ser justificadoras deste presente, identifica em ações pretéritas aquelas que estão inexoravelmente ligadas aos resultados que observamos no presente, ou seja, faz-se a datação das relações sociais de produção. Com isso, se busca na história os fatos e ações, bem como seus sujeitos, que estão na gênese dos processos que ainda se observam no presente, metamorfoseados pela ideologia. Neste momento o passado colonial das Cidades do Prata se apresenta como elemento importante para a análise, pois se entende que neste período foram forjadas muitas das estruturas políticas, econômicas e sociais que produziram o espaço e a sociedade do presente. Ao fim, se deseja apontar para as potencialidades do futuro, aqui entendido como uma virtualidade, ou seja, algo que não está posto como definitivo, apenas como possibilidade.

2 Distintas Abordagens Historiográficas

- 22 Desde o ponto de vista da História Econômica tomamos por base o estudo realizado por Passeti (2005) em que o autor nos apresenta uma revisão de literatura sobre o tema, mais especificamente sobre as historiografias recentes que se propõem a estudar a América Latina nas últimas décadas do período colonial, e que podem ser identificadas em pelo menos três classes de estudos, considerando a abordagem utilizada. De um lado, aparece a abordagem liberal, cuja lógica se propõe a partir de uma análise do mercado exterior. De outro, surge a abordagem marxista, que se ocupa com a formação do sistema de dominação social e econômica que analisa os grandes proprietários rurais. E, por fim, a abordagem da nova história econômica que busca centrar a análise nos elementos específicos das economias locais.
- 23 Na Abordagem Liberal, que segundo Passeti (2005) aparece nos estudos apresentados por Bethell (2004 e 2008) a região platina aparece como uma região periférica, sobre a qual reina um desconhecimento histórico. Os artigos baseados na teoria liberal para entender a economia platina colonial, dedicam especial atenção à produção voltada ao mercado exterior, desconsiderando a crescente participação do mercado interno no consumo dos produtos agropecuários. A produção é estudada em larga escala, como monocultura pecuária, sem se ater à pequena e média produção que escapava ao modelo exportador. Nesse entendimento a economia platina colonial aparece como meramente voltada para o exterior. A produção voltada ao mercado interno e o crescimento populacional, por conseguinte, são desconsiderados na medida em que a análise sustenta o foco na tradicional divisão entre “colônia de povoamento” e “colônia de exploração”, dentro da qual a colonização espanhola teria sido do segundo tipo. A análise liberal do final do período colonial na região platina focou a produção das grandes estâncias e o destino final externo de seus produtos. Suas pesquisas estiveram especialmente interessadas no

funcionamento das grandes unidades produtivas de pecuária que objetivavam o comércio de couros. Prioriza-se, assim, o estudo do mercado externo em detrimento das relações locais. No entanto, considerar que a sociedade estava voltada para a exportação apenas explicita uma compreensão da história latino-americana tendo caminhado acompanhando a história europeia, um efeito da colonização segundo as repercussões do modelo colonizador. Nesta perspectiva a Região Platina colonial é meramente coadjuvante, pois a ênfase da economia estará centrada na Nova Espanha e na América Andina.

- 24 Na linha da abordagem liberal dos artigos compilados por Bethel (2004) aparece, por exemplo, o artigo de Magnus Mörner “A economia e a sociedade rural da América do Sul espanhola no período colonial”, em que o autor manifestamente procura no Prata os mesmos elementos explicativos da economia colonial, quando deveria ter identificado as peculiaridades e diferenciais que caracterizavam a região. Também Bakewell (in Bethell, 2004), se ocupa do estudo da mineração na América Espanhola, enquanto Florescano (in Bethell, 2004), trata do estudo da estrutura econômica da “hacienda” na Nova Espanha, e Macleod (in Bethell, 2004) analisa aspectos da economia interna da América Espanhola. Todos eles, significativamente, tratam da lógica hegemônica externa ao Prata, pois consideram como importantes os fatores focados na lógica mineradora, via de regra privilegiados pela historiografia econômica liberal.
- 25 Por seu turno, a abordagem marxista analisa os latifundiários do presente a partir dos estancieiros do passado. A análise marxista preocupou-se com a ocupação das terras e a formação do sistema de dominação social e econômico, enfocando a questão do controle do território, as formas de produção e de coerção da elite estancieira sobre os peões gaúchos. Essa abordagem deixa de analisar o papel desempenhado pelos pequenos e médios produtores na ocupação do território e na produção de bens voltados para o crescente mercado urbano interno, e se restringiu às bases da lógica capitalista no campo no final do período colonial. As terras da estância estavam consagradas ao gado. Em vista disso, era proibido aos trabalhadores construir edificações que não fossem autorizadas pelo proprietário, caçar ou criar aves e animais, semear a terra ou praticar qualquer outra atividade que pudesse prejudicar a tranquilidade dos rebanhos ou o espaço destinado ao pastoreio. Também era vedado aos peões criar o seu próprio gado dentro da estância de seus patrões, mesmo que fosse para sua sobrevivência apenas. Aqui nessa análise há o predomínio das grandes unidades produtivas: As Estâncias. A produção na região platina colonial esteve sufocada pela diminuta taxa de consumo do mercado interno, pelo impedimento do comércio pelo porto de Buenos Aires e pelas dificuldades econômicas em fornecer bens com preços competitivos à Europa. A produção voltada para a exportação estaria centralizada em grandes unidades produtivas, semelhantes àquelas encontradas no século XIX. A estância estava consagrada ao gado. Assim como a mão-de-obra e os instrumentos de trabalho, suas terras eram utilizadas, substancialmente, na busca da preservação e crescimento dos rebanhos.
- 26 No estudo aqui seguido, Passetti (2005) apresenta o trabalho de Heloisa Jochims Reichel, em sua tese “Contribuição para o estudo da formação social capitalista na América Latina: o caso da Campanha de Buenos Aires – 1830-1840”, como um exemplo da análise marxista para a região. Neste trabalho, a autora não leva em conta a importância do mercado interno e dos agentes locais na produção do território e da sociedade urbana que ali se desenvolveu. Atribui importância ao papel da lógica capitalista hegemônica que estava

assentada nas grandes unidades produtoras e nas grandes concentrações de terra. O papel dos peões, capatazes e outros atores não aparece como importante.

- 27 Finalmente, na abordagem da nova história econômica há a descoberta dos pequenos e médios produtores. Os estudos da Nova História Econômica são decisivos ao atenuar a intensidade atribuída à influência do mercado europeu na formação das zonas produtoras latino-americanas. Enquanto tradicionalmente a pesquisa sobre a produção reitera o teórico vínculo umbilical com a metrópole exploradora das colônias, as novas pesquisas demonstram as limitações da influência do mercado metropolitano na definição de produtos e preços nas colônias latino-americanas. A nova historiografia econômica estendeu as informações do acesso aos meios de produção e de venda por parte dos pequenos e médios produtores, geralmente antigos peões. Com isso, suas pesquisas estão desvendando a teia de relações entre produtores e intermediários no acesso aos mercados externo e regional; procuram compreender quais foram as estratégias de sobrevivência destes produtores, que eram maioria em número e em quantidade de produtos, mas que tinham pouca margem para enfrentar as crises econômicas. Ao ater-se, além da documentação oficial e a viajantes, à contabilidade rural e eclesiástica, descobriu os pequenos e médios produtores e o inevitável mercado interno, fazendo aparecer outras diferentes estruturas de acesso aos meios de produção, aos bens de consumo, à política e ao poder. Foge-se, aqui, dos modelos e se identificam estruturas econômicas escondidas na, até então, rígida estrutura imperial espanhola. A heterogeneidade do pampa aparece de maneira mais clara. A região platina que emergiu a partir deste estudo da documentação agrária e eclesiástica foi consideravelmente heterogênea diante da homogeneidade pecuarista antes entendida. Os pampas ao serem mostrados pontilhados por pequenas e médias propriedades pecuaristas e agrícolas, voltadas ao mercado interno, questionam a ênfase determinista da documentação tradicional na produção das grandes estâncias, geralmente eclesiásticas, para mostrar uma situação nova, descrita com base na diversidade.
- 28 Para este caso, Passeti (2005) apresenta o trabalho de Carlos Mayo, em “*Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*”, como um exemplo de abordagem que se enquadra na proposta de abordagem da nova história econômica. Mayo (1995) leva para o centro de sua análise os pequenos e médios produtores, provocando uma reviravolta na compreensão da realidade colonial. Segundo Passeti (2005, p. 15) “diferentemente do que se costumava afirmar, a produção pecuária da região platina colonial também passava a ser caracterizada estando fortemente atrelada ao mercado interno (...), diversificando produtos, criando também equinos para meio de transporte e ovinos para as tecelagens.” Mas, esta conclusão só se tornou possível porque Mayo não se ateve à documentação oficial tradicional e buscou nos arquivos eclesiásticos e na contabilidade rural os dados que atestam a importância das relações sociais de produção no contexto de produção do espaço.
- 29 Neste sentido ainda há que se aprofundar melhor o estudo das Cidades do Prata com vistas a atingirem os objetivos propostos com os estudos da nova história econômica. Esses estudos também se aproximam da postura metodológica que aponta no cotidiano o principal foco para análise das diferentes temporalidades do presente, ou seja, se junta com o método regressivo-progressivo como uma postura teórico-metodológica capaz de produzir uma análise sobre a Região Platina que considere muito mais os sujeitos locais do que a dinâmica nacional como responsável pela produção do espaço.

3 A Expansão Econômica da Ordem Europeia na América

- 30 Vamos buscar em Moraes (2000) a atenção para o fato de que a formação territorial é o movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, controla partes do planeta que passam a integrar o seu território. A expansão europeia do século XVI associa formações territoriais muito distintas. Trata-se de uma articulação que une as escalas nacionais com a planetária, já que estabelece a centralidade europeia no mundo e a disputa pela centralidade no interior do continente. Conta-se, assim, com uma profunda hierarquização dos espaços. Num primeiro plano vamos encontrar o centro difusor europeu e, num segundo plano a área de expansão. Do ponto de vista interno, ou seja, a partir da área cêntrica, observa-se uma dinâmica de conflito e muita concorrência e especialização. Já na área externa há uma convivência e associação de sistemas na órbita do centro. Pode-se afirmar que a expansão europeia do século XVI, gerou uma circulação planetária,
- 31 Por outro lado, Romero (2004), enfatiza muito bem o fato de que esta expansão europeia se constitui, na verdade, de uma segunda expansão. Quatro séculos antes, no final do século XI, uma sociedade solidamente construída nos princípios feudais e cristãos está assentada na Europa. Começa um período de restabelecimento da vida mercantil e expulsão dos muçulmanos, com a recuperação do comércio no Mediterrâneo. A segunda expansão será uma continuidade dessa sociedade, em busca dos contatos com o Oriente.
- 32 Constitui-se, então, a partir do expansionismo do século XVI, um sistema mundial de ordem predominantemente econômica. Podem-se distinguir dois sistemas distintos, dentro dessa lógica. O primeiro, estruturado na forma de império é o mais comum na história, está representado por uma unidade política, em que a área central não pode explorar completamente a periferia, pois se trata de um sistema único: o império. O segundo tipo, reconhecido como economia mundo, é decorrente de uma unidade econômica que ultrapassa os limites das soberanias territoriais.
- 33 Abarcando diversos Estados, pode-se distinguir no interior das economias-mundo, um centro para o sistema, caracterizado pelo exercício de mais de um Estado, o que impede a transformação em império. Também se reconhece a existência de uma semiperiferia, imediatamente contígua, que são as áreas de produção especializadas e complementares à economia central. Além destas duas formações identificamos também uma área externa, que embora mantenha contato com o sistema em questão não é comandada por ele. Assim, os vários Estados europeus que se lançam na epopeia de expansão marítima e comercial a partir do século XVI estão no centro de um sistema mundial, caracterizado por uma economia mundo. A América, e as demais colônias de um modo geral, constituirão a grande periferia do sistema, pouco a pouco incorporada às regras centrais.
- 34 Portugal, ao lado de outros Estados como Holanda, Inglaterra e França, vão contrapor seus interesse e iniciar uma longa série de disputas pelo controle do centro da economia mundo. O mundo colonial, periférico aparece, nesse momento, como objeto de disputa entre as nações europeias. Mais do que isso temos, ao final desse longo século XVI, uma profunda divisão do mundo colonial, trata-se, mesmo, de um novo tipo de colonialismo, que desconsidera o mercado colonial. A exploração passa a ser essencialmente mercantil,

principalmente com a emergência do Antigo Sistema Colonial, que se manterá por muito tempo.

- 35 Neste contexto a Região do Prata, nos séculos XVI e XVII, aparece quase como excluída do sistema da economia mundo colonial, tem um papel meramente subalterno e periférico. Este fato se deve ao não enquadramento da região no sistema produtivo colonial. Na América Portuguesa a produção hegemônica colonial estava baseada na economia açucareira, cujo grande centro produtor estava distante não sendo a região detentora de atrativos e capacidades para ingresso nesta produção. Por sua vez, na América Espanhola, a grande produção mineradora ditava a tônica e a produção agropecuária aparecia como subsidiária apenas nas grandes propriedades exportadoras, fazendo com que a lógica da Região Platina fosse desinteressante ao colonizador. Em função desta posição o desenvolvimento regional se dará à custa de pequenos investimentos, muito mais voltados para um mercado de subsistência do que de inclusão no sistema econômico colonial. Um desenvolvimento quase autóctone comandará o processo de produção do espaço regional, permitindo que as peculiaridades ganhassem força e constituíssem uma identidade e um caráter bastante expressivo para a região. Mesmo no século XVIII, quando as disputas pelo controle regional se acentuam, longe das políticas imperiais as relações sociais de produção que definem o espaço regional obedecem muito mais a uma lógica própria do que aquela que governa a política dos estados. O que se afirma é que para além do interesse militar, de controle geopolítico estratégico, as políticas nacionais não produziram efeitos diretos significativos. Fundadas as cidades, nascidas da intenção portuguesa ou espanhola, as próprias tropas muitas vezes eram deixadas à sorte dos acontecimentos cujas soluções eram alcançadas longe da política das nações. Muitas das cidades desta região nasceram mesmo de acampamentos militares, nos caminhos das comissões demarcatórias e como resultado consequente de ações principais, configurando um território e uma sociedade que descobriu sua própria lógica de apropriação da natureza. Esta lógica configurou as Cidades do Prata.

4 A Formação Territorial e Urbana no Extremo Sul do Brasil

- 36 A produção de um território colonial, como bem lembra Moraes (2000), implica a instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica europeia. As diferenças nos modos de vida existentes constituem uma primeira barreira na transposição pura e simples do mundo europeu para a América. É necessário o estabelecimento de atividades produtivas que envolvem a criação de formas espaciais diferenciadas. As relações que se estabelecem no espaço colonial apresentam uma dinâmica própria, resultante do embate entre modos de produção afastados técnica e socialmente.
- 37 Disso decorre a possibilidade de reconhecimento de uma via colonial distinta dos modelos puros existentes na metrópole. Algumas relações sociais e de produção serão adaptadas, outras transpostas simplesmente, e muitas outras terão existência exclusiva nas colônias. A discussão sobre o efetivo caráter dessas relações impõe uma investigação de ordem sociológica e econômica que apontará, inequivocamente, para uma mistura distintos modos de produção. Mas, sem a preocupação da exatidão de uma classificação se reconhece que o antigo sistema colonial americano está situado na órbita do capitalismo,

entendido como uma macroperiodização. Trata-se de um instrumento da transição, um mecanismo de acumulação primitiva que se insere no contexto da economia-mundo capitalista.

- 38 A via colonial adotada, que adquire uma forte imposição interna, não pode ser considerada desvinculada dos componentes externos. Mesmo reconhecendo a importância de uma dinâmica própria na produção do espaço e na organização da sociedade colonial, não se deve esquecer que essa sociedade está envolvida por um movimento externo que é dado pelo processo colonizador.

5 Periodização da Urbanização Brasileira

- 39 De qualquer modo, podemos investigar a história da formação territorial brasileira a partir de uma periodização das instalações urbanas, que ocorreram ao longo do tempo. Seguindo Rhoden (1999), é possível visualizar seis períodos distintos nesse processo de construção do espaço urbano brasileiro, ainda que não sejam períodos estanques e incomunicáveis apresentam características próprias.
- 40 O primeiro período, compreendido entre 1532 e 1549 foi caracterizado pelo sistema de administração das capitanias hereditárias. A responsabilidade pelos investimentos era muito mais do próprio donatário do que do governo central. Mesmo assim, apenas a Coroa podia criar cidades, estando os donatários limitados a jurisdicionar sobre a criação de vilas. Nesse período se observou a fundação de oito vilas no Brasil.
- 41 De 1550 a 1580 foi vivenciado um novo período. Esse caracterizado pelos Governos Gerais, quando são criadas as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, além de mais quatro vilas. A produção açucareira é a grande tônica desse período, podendo se afirmar que houve uma expansão urbana, ainda que limitada ao contexto rural em que se vivia.
- 42 Durante a União Ibérica, de 1580 a 1640, ocorreu outro período na urbanização colonial. Houve dessa vez, um grande impulso à urbanização com interiorização de alguns núcleos. São criadas mais três vilas e três cidades.
- 43 Depois da restauração da independência portuguesa, de 1641 a 1700, vivenciamos um quarto período. Nessa época há um decréscimo no desenvolvimento urbano com relação ao período anterior. No entanto a interiorização da urbanização é marcante, sobretudo pela descoberta de ouro nas Minas Gerais, levando a formação de verdadeiras ilhas urbanas no interior do continente.
- 44 De 1701 até 1750 vamos conhecer a criação de 33 vilas, um reforço à tendência de interiorização da urbanização, principalmente com o subsídio às minas. O Brasil contava com nove cidades nesse período e o sul do Brasil passa a ser incorporado ao sistema colonial, notadamente pela necessidade de defesa em relação às fronteiras com os domínios espanhóis.
- 45 No último período do lapso de tempo colonial aqui estudado, de 1751 a 1777, surgem as comissões para demarcação dos limites entre Portugal e Espanha. São criadas sessenta vilas e observa-se um grande crescimento da urbanização.
- 46 A formação territorial brasileira, nos primeiros tempos, está intimamente associada à sociedade agrário-comercial que se instalou nesse espaço. É de se salientar o fato que a vida cotidiana nesses períodos continuava sendo notadamente rural. As cidades não se constituem mais do que apêndices da vida agrária, onde os senhores proprietários rurais

possuíam uma casa para diversão e passeio, deixando reservado à fazenda, no meio rural, o caráter de maior importância. Essa situação permanecerá inalterada no Brasil até a ascensão de uma classe urbana e industrial, que, entretanto, só ocorrerá verdadeiramente em pleno século XX.

6 As Cidades do Prata e o Extremo Sul do Brasil

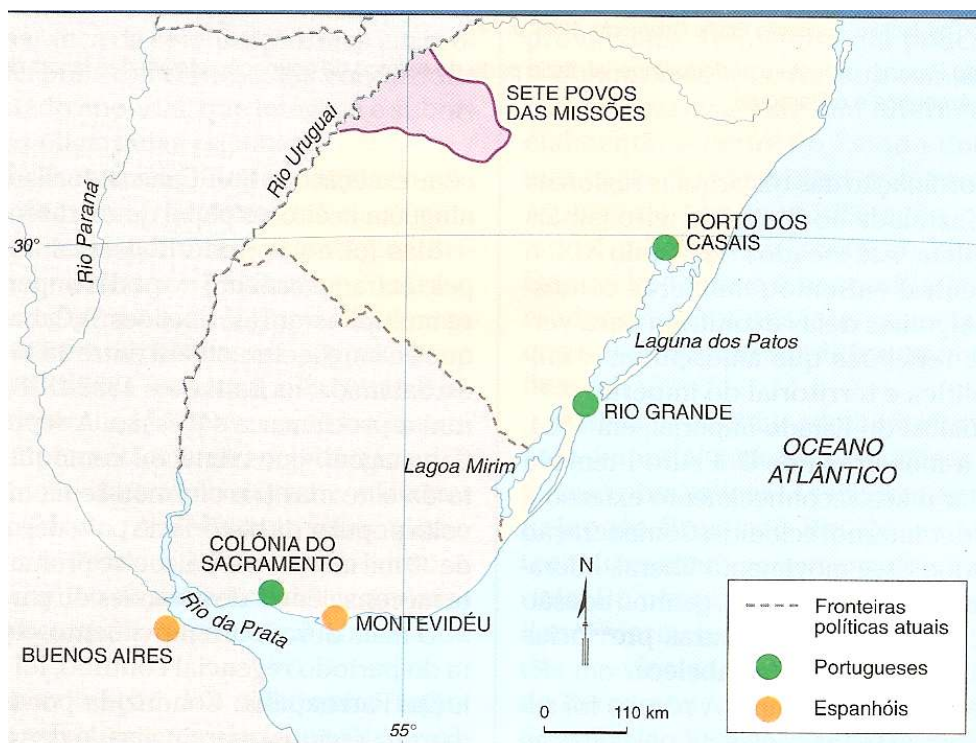
- 47 Via de regra os estudos de Geografia Urbana se limitam às caracterizações mais amplas sobre a cidade. Generalizam-se grandes períodos da história e caracteriza-se o processo de urbanização como indiferenciado naquele momento e, via de consequência, produzindo resultados físicos semelhantes, ou seja, cidades muito parecidas umas com as outras. Esse tratamento indiferenciado coloca no mesmo bojo processos históricos específicos e particulares, responsáveis por dinâmicas regionais que persistem no tempo, e cuja lógica não consegue ser apreendida nas explicações genéricas do momento histórico. Assim, as cidades sob o capitalismo são vistas sob uma lógica, mas quase que uma lógica única, como a que caracteriza as cidades produzidas após a Idade Média, típicas do período de colonização da América. No entanto, as cidades modernas são diferentes no México, no Peru e na Argentina, mesmo que todas tenham sido produzidas sob a influência espanhola. As cidades do nordeste do Brasil são diferentes das cidades produzidas no sul do Brasil, ainda que a lógica dominante tenha sido a do Império português. Portanto, as características gerais do processo histórico não são capazes de explicar as singularidades que se registram no tempo e no espaço. É necessária uma intervenção mais acurada para a análise de processos específicos. O projeto em tela se propõe a investigar as especificidades históricas em que se deu a formação do espaço urbano regional.
- 48 Do mesmo modo, a consideração dos elementos de Geografia Urbana que caracterizam as cidades precisa ser enfocada especificamente. Nas relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza a diversidade de ações realizadas para contornar as intervenções de uma na outra são numerosas. A situação e o sítio, em cada caso, podem ser reveladores de problemas que se perpetuam na produção do espaço urbano até o presente. Assim também a estrutura interna da cidade, que vai sendo construída sob a lógica das relações de produção dominantes em um local, que podem ser compreendidas para a análise do presente. Ocorre o mesmo com o estudo da fisionomia, do processo e da função urbana. Aqui, a proposição é a de caracterizar esses elementos em cada uma das cidades enfocadas, partindo para uma análise basilar na Geografia Urbana, o estudo dos elementos caracterizadores da cidade, aplicados a um estudo de caso.
- 49 Do ponto de vista da Geografia Histórica se pretende fazer uma análise que não desvincule o espaço do tempo. Parte-se do pressuposto de que a análise geográfica da formação regional sugere uma periodização específica, na qual se desenvolve a produção do espaço em tela. Deste modo, o espaço que se produz é específico, fruto de determinadas relações sociais de produção, que serão capazes de promover o desenvolvimento de uma sociedade com lógicas próprias, tanto de reprodução do espaço como de representação do espaço. Esses elementos, claramente subjetivos, ligados à ideologia sobre o espaço, estão presentes na caracterização da sociedade, e permanecerão com ela na produção do espaço presente. Daí a importância de entender a gênese da formação territorial regional, única capaz de explicar inequivocamente as interpretações do presente.

- Figura 1 – Mapa com os limites de diferentes tratados no Rio Grande do Sul**



- 52 Em todo esse imenso território, desde o estuário do rio da Prata, ao sul, até o rio Uruguai, no norte e desde o Oceano Atlântico, no leste, até o rio Paraná, no oeste, intervém com uma sociedade que se forma nessa disputa, no processo definidor de fronteiras, no embate político e militar pela posse do território. As cidades que aparecem nessa região guardam essa dinâmica na sua fundação e a perpetuam nas representações sociais e nas formas espaciais.

Figura 2 – Região Platina e principais cidades no período colonial



FONTE: MAGNOLI, OLIVEIRA E MENEGOTTO (2001) [ADAPT.]

- 53 Em que pese a proposta do trabalho ser regional e abranger toda a área delimitada como Região Platina, do ponto de vista da delimitação da área de estudo se propõe trabalhar com a parte meridional do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Assim, será objeto de trabalho justamente a porção do território brasileiro definido a partir da segunda penetração portuguesa nos domínios espanhóis. Primeiramente os jesuítas e os bandeirantes haviam incursionado pelo interior no norte do Rio Grande do Sul, estabelecendo reduções jesuíticas. Somente mais tarde é que ocorreu a penetração a partir de Laguna, com direção à Sacramento, colocando todo este território em disputa. Tais disputas foram sendo resolvidas parcialmente em uma série de tratados que continuamente alteravam as delimitações fronteiriças. Justamente nesse período está em disputa a imensa região do rio da Prata, que hoje abarca pelo menos parte dos territórios do Brasil e da Argentina e todo território do Uruguai. A proposição deste trabalho é de abarcar a análise nesse espaço como único, independentemente das fronteiras hoje demarcadas, para compreender a dinâmica do processo histórico na formação territorial, partindo das cidades, que foram verdadeiros baluartes na definição desses territórios.
- 54 A relevância do tema está em caracterizar o período em que se dá este embate específico entre Portugal e Espanha, na região platina, e que será capaz de produzir uma sociedade e

um espaço específico. São as cidades do Prata, fruto da disputa fronteiriça, característica do espaço do pampa e da gente gaúcha.

- 55 Além do mais, a integração propiciada por essa realidade histórica e geográfica tem a capacidade de produzir uma identidade regional muito forte, que ignora fronteiras e ultrapassa nacionalidades. A possibilidade de reconstituir a história por meio do espaço é singular. Analisar hoje as cidades existentes em diferentes países, mas que foram produzidas sob a mesma lógica é desafiador. Ainda mais quando se observam a separação que se impôs a essas terras e gentes, a par das semelhanças ainda hoje presentes.
- 56 Assim, é adequado que se busque uma periodização própria e específica para a área de estudo demarcada dentro da ocorrência das Cidades do Prata, neste caso, o extremo sul do Rio Grande do Sul. Entretanto, é impossível considerar o processo de produção deste espaço particular como obra exclusiva deste lugar, será necessário analisar o contexto em que está inserido para entender e analisar a lógica e a dinâmica que lhe configuraram.
- 57 Neste sentido, retomamos Rhoden (1999) quando analisa o processo de povoamento do Rio Grande do Sul. O autor identifica que o povoamento nesta região se deu por intermédio de dois processos distintos. De um lado a concessão de sesmarias por parte da coroa portuguesa, primeiro aos tropeiros que se fixaram nas paragens do sul e, posteriormente aos militares que se iam aposentando naquele lugar, constitui um processo civil e terrestre de ocupação do território. Por outro lado, ocorreu um pouco mais tarde um processo que se desenvolveu ao longo dos rios, onde foram sendo criados pequenos povoados, que acabaram se transformando em núcleos importantes na rede urbana ainda em formação. Esse processo, que contou em grande parte com a contribuição dos engenheiros militares trazidos para a demarcação de limites entre Portugal e Espanha. Em função das características descritas, Rhoden (1999) denominou a este segundo processo de “vertente fluvial” de ocupação do território, de características militar e urbana.
- 58 Na mesma linha de identificação de uma perspectiva de análise específica para a região Neves (1990) procura estabelecer o histórico de uma rede urbana para o Rio Grande do Sul. O autor identifica como primeiro momento de formação da rede urbana sul-riograndense a rede urbana missioneira. Em um segundo momento encontra no objetivo de fixação da fronteira o motivo para o estabelecimento de uma série de núcleos, constituindo marcos no território. Depois, foi a vez do estabelecimento de uma fronteira interna, com a constituição das “colônias” de imigrantes europeus. Mais recentemente o autor identifica as novas fronteiras, ou seja, as aglomerações urbanas que surgem nos tempos mais próximos do presente.
- 59 De qualquer modo, ainda será necessário um refinamento destes processos apontados por Rhoden (1999) e Neves (1990), na identificação das particularidades que se quer analisar no extremo sul do Brasil. Trata-se, então, de estudar o processo de formação do espaço que se dá pela constituição dos primeiros municípios no Rio Grande do Sul, com foco no processo decorrente dos desmembramentos do município de Rio Grande, do qual nasceram todos os municípios do extremo sul do Rio Grande do Sul. Ficam aqui apontados os caminhos para o estudo desta especificidade.
- 60 No mesmo sentido, a busca pelos atores locais deve ser intensificada por intermédio de estudos que busquem caracterizar a ação dos pequenos proprietários, dos trabalhadores, capatazes e peões inseridos no processo de reprodução das relações sociais de produção diretamente envolvidos com o espaço local. Caminhos nesta direção são apontados por

Abreu (2005) quando analisa a cidade brasileira no passado e por Vasconcelos (1997) que estudo os agentes modeladores das cidades brasileiras no Brasil colonial. Há que se buscar uma via própria que consagre importância aos processos e agentes locais sem deixar de lado o contexto no qual se realizou a formação territorial e urbana das Cidades do Prata.

7 Apontando Possibilidades: A Memória da Cidade

- 61 Nessa perspectiva, a questão da memória da cidade surge como um tema atual, em função das relações que são estabelecidas entre o lugar, local da manifestação material de uma cultura, e o mundial, representado pela tendência à globalização e aos valores de uma cultura mundializada. O retorno ao passado tem o sentido de reafirmar a história local, o que, aparentemente significaria um antagonismo ao movimento em direção ao mundial. O que não é verdadeiro, se admitimos a ideia de que faz parte de um só processo.
- 62 Abreu (1996, p. 2-3 e passim) afirma com muita propriedade que no Brasil não é muito comum encontrar-se vestígios materiais do passado em nossas cidades. Primeiramente, cabe lembrar, trata-se de um país de cidades novas, se comparadas às do Velho Mundo. E depois, não havia, até hoje, uma mentalidade voltada para esse aspecto de nossa cultura. Mesmo as cidades tidas como históricas entre nós, como são os casos de Olinda, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, têm hoje um patrimônio material preservado que na verdade não representa significativamente toda a cultura urbana produzida nestes espaços. Da São Paulo colonial, por exemplo, poucos testemunhos restam na materialidade do espaço, grande parte da memória da cidade só pode ser resgatada pelo acervo fotográfico.
- 63 Além do mais, o projeto modernizador do século XIX apregoava a rejeição do passado e a esperança no futuro, contribuindo para que o fardo da história (como disse Hegel) ou o peso paralisante da história (como disse Marx), referências aplicadas à influência do passado na Europa, fosse bem menor no nosso caso. Mas hoje a situação é diversa e o espírito preservacionista já atinge até mesmo, cidades bem novas, que se preocupam em garantir a sobrevivência daqueles elementos que possam assegurar a sua identidade futura.
- 64 Não podemos nos iludir, contudo, e achar que todos os movimentos de preservação/recuperação/restauração são movidos por essa causa. É importante salientar, como o faz também Abreu (1996, idem, p. 4), que a imagem urbana é também uma mercadoria, que em muitos casos pode significar lucro, principalmente com o turismo. Para esse caso, servem os exemplos das cidades europeias já industrializadas que “retornaram” à condição de burgos, como motivo de atração de turistas. Em outros casos, a herança histórica é uma verdadeira criação do presente, como ocorre com Saint Augustine, na Flórida, que é um verdadeiro parque de diversões reproduzindo a colonização seiscentista espanhola.
- 65 A memória que se quer tratar aqui é, em todo caso, um elemento marcante no cotidiano das cidades, seja qual for o motivo que move sua recuperação. Assim, cabe defini-la com mais precisão. Trata-se de uma memória coletiva, no sentido de que o lugar é o *locus* do coletivo, do intersubjetivo. Diferencia-se, portanto, da memória individual, que é uma categoria biológica e psicológica que diz respeito à armazenagem de informações, em um indivíduo. O que nos interessa discutir é a memória compartilhada, a memória de um lugar, de uma cidade, que é, portanto coletiva. É claro que se terá que partir da memória individual para entender-se a memória coletiva, porque a partir dos registros da memória

individual se poderá chegar ao resgate de elementos importantes do passado, que já desapareceram de outras formas.

- 66 Para Halbwachs (1990, apud Abreu, 1996, p. 6), a memória coletiva “é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo”. Sem negar a importância do indivíduo, para ele a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas sim pela aderência do grupo do qual ele fez parte àquele espaço. Um espaço, portanto em que habitou, em que se trabalhou, em que se viveu, enfim. Ou seja, um espaço que foi compartilhado por uma coletividade, por um certo tempo.
- 67 Halbwachs (Idem) lembra que “a memória coletiva é também uma corrente de pensamento, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo”. Não há uma oposição entre o presente e o passado, assim como também não significa que tudo o que ocorreu seja preservado.
- 68 É bom lembrar, também, que a memória urbana está sempre se transformando, em virtude de que os grupos que a guardam na lembrança desaparecem. E, mais ainda, que nem toda a memória da cidade está inscrita em formas materiais. Na verdade se eternizam muito mais nos registros e nos documentos, que servem, enquanto memória histórica, para contextualizar as formas materiais resultantes do passado.
- 69 A cidade é um dos lugares em que os indivíduos e os grupos sociais, de maneira geral, se ligam entre si. As relações sociais estabelecidas por um grupo ou classe referidas a um determinado lugar são o que fazem surgir uma memória social. A cidade comporta, portanto, muitas memórias, de dominação, de cooperação ou de conflito. Isso impossibilita que seja restabelecido o quadro da totalidade das memórias da cidade, mas aponta para o caminho da possibilidade de recuperação de muitas memórias da cidade.
- 70 Para que se estruturam plenamente é necessário que a memória individual e a memória coletiva estejam ancoradas no tempo e no espaço. O mesmo ocorre com a memória das cidades. Portanto, uma metodologia segura terá que se estear na História e na Geografia, ao mesmo tempo, para cumprir com êxito a tarefa de recuperação da memória da cidade. Sem uma se perderá o tempo, sem a outra o espaço.
- 71 Ao se tratar da memória das cidades é imprescindível definir com clareza do que se está tratando. Nesse aspecto, Abreu assinala sua preferência pelos termos consagrados da “memória urbana” e da “memória da cidade” como designativos do passado de uma determinada cidade. Parece que “memória da cidade” é mais claro para designar isso, ainda que seja enganoso pensar que a cidade possa se “lembrar” de algo. Mas os termos vingaram para significar não as lembranças dos indivíduos, mas sim “ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos documentos de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade” (Abreu, 1996, p. 10).

BIBLIOGRAPHY

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Trabalho apresentado no Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis: (mimeo) 1996.

ABREU, Maurício. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Brasil. Questões atuais da reorganização do território. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia. O imperialismo e a fragmentação do espaço. São Paulo: Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ANDRADE, Manuel de, e ANDRADE, Sandra Maria Correia de. 2ª ed. A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social. São Paulo: Contexto, 2003.

BAKEWELL, Peter. A mineração na América Espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina: América Latina Colonial. Volume 2. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. (99 – 150)

BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina: América Latina Colonial. Volume 2. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina: América Latina Colonial. Volume 1. 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. A cidade. São Paulo: Contexto, 1992.

DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Porto Alegre: EDIPUC, 1990.

FARIA, Scheila de Castro. A colônia brasileira: economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004.

FERREIRA, Gabriela Nunes. O rio da Prata e a consolidação do estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2006.

FLORESCANO, Enrique. A formação e a estrutura econômica da hacienda na Nova Espanha. In: BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina: América Latina Colonial. Volume 2. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. (151 – 186).

FONSECA, Pedro C. Dutra. RS: Economia e conflitos políticos na república velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GUTIERREZ, Éster V. B. Negros, charqueadas & olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 1993.

MACLEOD, Murdo J. Aspectos da economia interna da América Espanhola colonial: mão-de-obra; tributação; distribuição e troca. In: BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina: América Latina Colonial. Volume 2. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. (219 – 268).

MAESTRI, Mário. Uma história do Brasil colônia. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

- MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana e MENEGOTTO, Ricardo. Cenário gaúcho. Representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.
- MARCO, Miguel Ángel de. La historia contemplada desde el río. Presencia naval española en el Plata, 1776-1900. Buenos Aires: Educa / Librería Histórica, 2007.
- MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. São Paulo: Contexto, 1992.
- MARTINS, José de Souza (org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARTINS, José de Souza (org.) Henry Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MAYO, Carlos A. Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820. Buenos Aires: Biblos, 1995.
- MICELI, Paulo. O feudalismo. São Paulo: Atual, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Território e história no Brasil. São Paulo: Anablume/Hucitec, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- NEUMANN, Eduardo. O trabalho guaraní missionário no rio da Prata colonial, 1640-1750. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- NEVES, Gervásio Rodrigues. A rede urbana e as fronteiras: Notas prévias. In: OLIVEIRA, Naia e BERCELLOS, Tanya. O Rio Grande do Sul Urbano. Porto Alegre: FEE, 1990.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808). 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PASSETTI, G. A expansão econômica na região platina nos séculos XVIII e XIX. Klepsidra. Revista Virtual de História, v. 22, 2005.
- PAYRÓ, Roberto Pablo. El río de La Plata: de colônias a naciones independientes. Buenos Aires: Alianza, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- PINTOS, Aníbal Barrios. Historia de los pueblos orientales. Tomos I, II e III. Montevideo: Banda Oriental/Cruz del Sur, 2008.
- RANDLE, Patricio H. La ciudad pampena. Buenos Aires: Eudeba, 1969.
- REICHEL, Heloisa Jochims. Contribuição para o estudo da formação social capitalista na América Latina: o caso da Campanha de Buenos Aires – 1830-1840. São Paulo: Departamento de História/FFLCH-USP, 1989. Tese de doutoramento.
- RELA, Walter. Colonia del Sacramento 1678 – 1778. Colônia: Intendencia Municipal de Colonia, 2003.
- RHODEN, Luíz Fernando. Urbanismo no Rio Grande do Sul. Origens e evolução. Porto Alegre: EDUPUC, 1999.
- ROMERO, José Luis. América Latina: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SERRA, Geraldo. O espaço natural e a forma urbana. São Paulo: Nobel, 1987.
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VELLINHO, Moysés. Capitania d'El -Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. A cidade fragmentada. Pelotas: EDUFPeL, 2005

VIEIRA, Sidney Gonçalves. Representações sociais e cidade no Brasil colonial: A Formação Territorial e Urbana Brasileira e Portugal no Antigo Regime. Anais do I Congresso O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

ABSTRACTS

O artigo apresenta pressupostos teóricos com fundamentos históricos e geográficos para a análise da formação territorial e urbana da porção meridional do Brasil, cujos laços com o Uruguai e a Argentina apontam para uma origem comum. Analisa diferentes perspectivas historiográficas e busca aporte em pressupostos da nova história econômica para sugerir a análise regional com base nos agentes locais envolvidos no processo de produção territorial e urbano.

El artículo presenta presupuestos teóricos con fundamentos históricos y geográficos para análisis de la formación territorial y urbana de la porción meridional de Brasil, cuyos lazos con Uruguay y Argentina sugieren un origen común. Analiza las diferentes perspectivas historiográficas y busca el aporte de los supuestos de la nueva historia económica hacia sugerir un análisis regional sobre la base de los actores locales involucrados en el proceso productivo territorial y urbano.

The paper presents theoretical foundations with historical and geographical analysis for the formation of territorial and urban southern portion of Brazil, whose ties with Uruguay and Argentina suggest a common origin. Analyzes different historiographical perspectives and seeks input on assumptions of the new economic history to suggest a regional analysis based on local actors involved in the process of production territorial and urban.

INDEX

Keywords: Cities of Plata, Plata River, Platina Region

Geographical index: Rio da Prata, Região Platina

Chronological index: 1680-1828

Palabras claves: Ciudades del Plata, Río de la Plata, Región Platina.

Palavras-chave: Cidades do Prata

AUTHOR

SIDNEY GONÇALVES VIEIRA

Universidade Federal de Pelotas

Doutor em Geografia

sid_geo@hotmail.com